

SISTEMA ELEITORAL, PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES NO JAPÃO (1945-1986)

*Braz José de Araújo**

1. A nova realidade constitucional e o sistema eleitoral

Inexiste na bibliografia brasileira qualquer estudo dedicado ao sistema eleitoral e às eleições no Japão. Assim, o objetivo do presente artigo é fornecer um conjunto de elementos indispensáveis para considerações mais aprofundadas sobre o tema.

O sistema eleitoral japonês contemporâneo teve seus princípios básicos delineados em 1945 e estabelecidos pela Constituição de 1946. A Consolidação das Leis Eleitorais de 1950 engloba a legislação fundamental relativa às eleições de âmbito nacional e local em vigor nos dias atuais. De acordo com a Constituição do Japão, estão garantidos os princípios do sufrágio universal, direto e secreto, e, pela primeira vez na história japonesa, estendido às mulheres. A tradição eleitoral japonesa era baseada no voto censitário até 1925, quando se estabelece o sufrágio universal masculino para os maiores de 25 anos. Em 1945 o direito de voto é fixado para os maiores de 20 anos, ampliando-se significativamente o eleitorado no país.

O Japão está dividido em distritos eleitorais. A maioria deles elege um representante para a Câmara de Representantes, embora em alguns sejam eleitos mais de dois representantes. Essa Câmara, que em 1947 era composta de 466 representantes, tem atualmente 512.

Na medida em que a Constituição estabelece também o sistema parlamentarista bicameral, a antiga Câmara Alta da época Meiji é substituída pela Câmara de Chanceleres, uma espécie de Senado se aludimos à tradição norte-americana. A primeira lei referente às eleições para essa Câmara foi aprovada em 1947, antes mesmo da entrada em vigor da nova Constituição.

De acordo com essa lei, o número total de membros da Câmara de Chanceleres é fixado em 250, sendo eleitos 150 com base nos distritos correspondentes das prefeituras (estas substituem as antigas províncias e corresponderiam mais ou menos aos estados das repúbli-

* Professor de Ciência Política da USP.

Nota do Editor: O texto original apresentado pelo autor usava o sistema americano de citações, que foi modificado após consulta ao próprio com a finalidade de uniformizar as normas editoriais desta revista.

cas federativas) e eleitos com pelo sistema mente o governador da respectiva prefeitura proporcional a nível nacional. Tal lei foi consolidada em 1958 e modificada em 1982, quando se estabelece o sistema atual, que combina representação proporcional a nível nacional com representação distrital, localizada nas prefeituras. Em outras palavras, um sistema distrital misto, conforme a designação usual no Brasil.

No âmbito local, o sistema eleitoral japonês é relativamente simples: o eleitor elege direta-

(como agora, no Brasil, elegemos o governador de estado), os prefeitos das cidades e vilas e os membros das respectivas assembleias (assembleias municipais, de cidades, de vilas). Deve-se destacar que, na tradição japonesa, existe uma diferenciação para algumas regiões, como Tóquio, Quioto, Osaka etc., as quais têm, cada uma delas, Executivo e Legislativo próprios. Assim, normalmente, um eleitor pode participar das seguintes eleições:

TABELA 1

Evolução do eleitorado no Japão

ANO	Nº ELEITORES (mil)	POPULAÇÃO (%)
1890	450	1,1
1902	980	2,2
1920	3.070	5,5
1928	12.410	20,0
1946	36.880	48,7
1983	84.253	70,5
1986	86.427	71,0

Fontes: *Jichi Sogo Center*, Election System in Japan, *Tóquio*, 1986, e *Japan Statistical Yearbook*, 1987.

TABELA 2

Tipos de cargos preenchidos por voto

TIPOS DE CARGOS	Nº DE CARGOS
Membros da Câmara de Representantes	512
Membros da Câmara de Chanceleres	252
Governadores de Prefeituras	47
Membros das Assembleias Municipais	2.898
Prefeitos de Cidades	651
Membros das Assembleias de Cidades	20.160
Prefeitos de Vilas	2.604
Membros das Assembleias de Vilas	46.580
Governadores de Regiões Especiais	23
Membros das Assembleias das Regiões Especiais	1.073

Fonte: *Jichi Sogo Center*, Election System..., op. cit.

TABELA 3

Tipos de eleições e razões das eleições

CARGOS ESPECÍFICOS	TIPOS DE ELEIÇÕES	
	FIM DO MANDATO	DISSOLUÇÃO
Legislativos		
Membros da Câmara de Representantes	eleições gerais	eleições gerais
Membros da Câmara de Chanceleres (representação proporcional)	eleições ordinárias	—
Membros da Câmara de Chanceleres (representação distrital)	eleições ordinárias	—
Membros das Assembléias Municipais	eleições gerais	eleições gerais
Membros de Assembléias de Cidades e Vilas	eleições gerais	eleições gerais
Executivos		
Governadores de Prefeituras	eleições diretas	—
Prefeitos de Cidades e Vilas	eleições diretas	—

Como o tipo de eleição depende de sua causa, por exemplo, se é decorrência do fim da duração do mandato ou de dissolução da Dieta, as datas para os pleitos estão assim estabelecidas:

— dentro de 30 dias antes da expiração do mandato: se a Dieta estiver em sessão dentro dos 60 dias antes do fim do mandato, as eleições devem ser realizadas após o 31º dia e antes do 35º dia da data do término do mandato;

— no caso de dissolução, dentro de 40 dias da data de dissolução.

O Direito de voto

Adquire-se o direito de voto quando se atinge a idade de 20 anos. No caso das eleições locais, exige-se a residência no local por três meses consecutivos. No caso das eleições a nível das prefeituras (governador e assembléias), o cidadão pode votar mantendo sua residência em municipalidades nos limites da respectiva prefeitura.

Elegibilidade

Exige-se a idade de 25 anos para se tornar membro da Dieta e demais assembléias. Exige-se a idade de 30 anos para membros da Câmara de Chanceleres, governadores e prefeitos.

As eleições distritais

a) Dieta

De acordo com a lei, 38 prefeituras são divididas em dois ou mais distritos e as dez restantes correspondem cada uma a um distrito. Assim, existem 130 distritos eleitorais, incluindo-se um distrito com um cargo (distrito do Arquipélago de Amami).

Quarenta e sete distritos elegem, cada um, três deputados; 41 distritos elegem, cada um, quatro deputados e outros 41 distritos elegem, cada um, cinco deputados, perfazendo os 511 membros da Dieta até as eleições de 1983.

b) Câmara de Chanceleres

Essa Câmara é atualmente composta de 252 membros, dos quais cem são eleitos através de sistema proporcional a nível nacional e 152 pelos distritos eleitorais das prefeituras, de acordo com a sua população. Assim, existem 26 prefeituras com um cargo, 15 com dois cargos, quatro com três cargos e duas com quatro cargos.

c) Assembléias locais

Tanto ao nível das assembléias de prefeituras como das assembléias de cidades e vilas vigora o sistema distrital nos respectivos limites. Para as assembléias de prefeituras o número de representantes é no mínimo 40 e no máximo 120, à exceção da de Tóquio, região especial, cuja assembléia é composta de 130 membros. Para as assembléias de cidades e vilas o número de representantes varia de 12 a cem. Nas regiões especiais, como a região metropolitana de Tóquio, o limite das assembléias locais é de 60 membros.¹

2. Sistema partidário e eleitorado

Dentro de uma perspectiva comparativa com o Brasil, a vida política japonesa do imediato pós-guerra apresenta algumas características interessantes, pois marcam o momento da transição do militarismo para um modelo de democracia à ocidental. Duas delas merecem destaque. Em primeiro lugar, a derrota na guerra acarreta o surgimento de novas lideranças. Quase todos os membros da Dieta de antes de 1945 foram expurgados da política pelos ocupantes norte-americanos (muitos voltarão ao cenário após 1952), de tal maneira que as primeiras eleições após a guerra expressam uma renovação quase total na composição da Dieta (apenas 19% dos eleitos tinham participado de Dietas anteriores).

Em segundo lugar, tal como em países que hoje transitam do militarismo para alguma

forma de democracia, o Japão assiste a uma exagerada proliferação de "partidos políticos". Seu número chegou a 267 nas eleições de 1945-46, revelando que, na retomada da vida democrática, muitos partidos emergem como instrumentos pessoais de alguns políticos ou apenas existem em localidades bem delimitadas. Embora o número de partidos no Brasil tenha sido bem menor, tanto em 1945 como após 1983, tal situação não deixa de expressar uma das faces de debilidade da representação política nesses momentos de transição.

Como parece ser normal, aos poucos as próprias eleições vão simplificando o quadro partidário. O ano de 1955 é um momento importante na definição do atual sistema partidário japonês. Reestruturaram-se os partidos (vejam-se as figuras das origens dos partidos políticos japoneses adiante) e dois deles, o Partido Liberal Democrático - PLD e o Partido Socialista do Japão - PSJ, praticamente monopolizam a representação política nas eleições de 1958. Esses dois partidos elegem 453 dos 455 deputados eleitos por partidos políticos, excetuando-se os independentes.

No entanto, esse sistema bipartidário dura pouco, pois as disputas internas no PSJ vão acarretar a cisão de 1960, quando 40 deputados mais à direita no partido criam o Partido Socialista Democrático - PSD. Por outro lado, o Partido Comunista Japonês - PCJ, partido que tem a mais longa trajetória na vida política do país e que em 1960 tinha apenas três representantes na Dieta, também cresce por essa época, chegando a eleger 38 deputados nas eleições de 1972.

Em 1964, a organização Soka Gakkai, da seita budista Nichiren Shoshu, forma seu próprio partido, o Komei-to (Partido do Governo Transparente ou Partido do Governo Justo). Como se pode perceber pela Tabela 4, o Komei-to não cessa de crescer no cenário político japonês.

Assim, de um sistema bipartidário, ou, como prefeririam alguns analistas norte-americanos, de um "sistema de um partido e meio",² tende-se, a partir da década de 1970, a

um sistema multipartidário³ com nítida maioria conservadora, através, sobretudo, da força eleitoral do PLD. Por isso Nobutaka Ike o denomina de "sistema com um partido dominante", semelhante ao mexicano, com a dominação do Partido Revolucionário Institucional - PRI, ou mesmo ao brasileiro, na época da antiga Arena.

No entanto, se nos baseamos em Sartori,⁴ o sistema partidário japonês seria classificado como *predominante*, pois nele se verifica simultaneamente o pluralismo partidário e a dominação de um partido. Como sugere Hrebendar, o sistema japonês seria um "sistema partidário predominante definitivo", dado que, entre todas as democracias de países capitalistas avançados, a japonesa é a única em que um único partido governa ininterruptamente desde a década de 1950.⁵

Alguns problemas internos no PLD acarretam, em 1976, a criação do Novo Clube Liberal - NCL, que em diversas eleições subsequentes incentiva a formação de pequenos partidos para suas disputas eleitorais. Essa cisão, no entanto, parece estar agora terminada, após a decisão do NCL de voltar ao PLD (agosto de 1986). Dessa maneira, pode-se dizer que as tendências ideológicas mais expressivas no mundo contemporâneo manifestam-se também no Japão, particularizadas, evidentemente, pelos traços culturais próprios do país:

conservadorismo sobretudo PLD
centrismo conservador Komei-to
social-democracia PSJ e PSD
socialismo PCJ e PSJ

Tal divisão, no entanto, é simplificador, pois alguns especialistas discutem muito para saber se o Komei-to e o PSD não acabam sendo partidos conservadores, apesar da retórica centrista ou social-democrata: por outro lado, discute-se também para saber qual partido estaria mais à esquerda: se seria uma ala minoritária do PSJ ou o PCJ, este considerado por muitos como a primeira manifestação do "eurocomunismo" nos países capitalistas avançados.

Nesse quadro, uma questão de perspectiva é frequentemente discutida pelos especialistas: até que ponto seria possível, a médio prazo, um governo de oposição ou uma coalizão de alguns partidos da oposição com setores do PLD para provocar uma alternância de governo no Japão? Ora, apesar dos desejos de muitos e mesmo de boa parte da opinião pública japonesa, tal hipótese não me parece visível no cenário político japonês atual. Isso porque uma aliança PSJ-PCJ tem limitada base de apoio entre os socialistas, não faz parte da estratégia política destes, sem falar de sua limitada base de apoio popular no quadro atual. Uma aliança dos socialistas, Komei-to e facções do PLD tem sido a hipótese mais cogitada e, talvez, mais visível. No entanto, se é verdade que o PSJ, o PSD e o Komei-to poderiam tentar melhores *performances* eleitorais em 1990, incluindo-se inclusive a possibilidade de candidatos comuns em alguns distritos, parece pouco provável um desentendimento catastrófico entre as facções do PLD a ponto de ameaçar o predomínio desse partido no cenário político japonês, mantido desde 1955.

Portanto, tudo indica que a alternância do poder no Japão continuará se realizando no interior do próprio PLD, no jogo complexo entre suas diferentes facções. Uma citação de Raymond Aron, tomada de Hrebendar, pode ser oportuna para reflexões:

"Nenhum outro povo parece ser tão homogêneo; em nenhum lugar o controle social é tão efetivo, onipresente, brandamente peremptório. Alguns observadores podem dizer que a continuidade do partido no poder está apoiada em uma base disciplinada, em um estilo que os ocidentais considerariam incompatível com sua filosofia individualista. O Japão democratizado não se tornou individualista. Vamos assim deixar o Japão de lado e, meramente, notar que há um país - e talvez apenas um - que demonstra, contra a maré de opinião em voga, que um partido político pode resistir ao desgaste do governo e que um regime democrático sem alternância nem sempre degenera."⁶

Essa perspectiva de continuidade do predomínio do PLD se confirma também pelas diversas pesquisas de opinião, nas quais o principal partido de oposição, o PSJ, ou a oposição em seu conjunto aparecem de maneira predominantemente negativa. Assim, enquanto a maioria de japoneses tiver essa imagem negativa do PSJ (incompetência, radicalismo, inatividade, dependência), é pouco provável qualquer alternância em favor da oposição.

Finalmente, é importante destacar que a *cooptação* vem ocupando lugar de destaque no cenário japonês: o NCL foi absorvido pelo PLD em agosto de 1986 e desde 1985 existem negociações entre o PLD e o PSD para inclusão deste último em futuros gabinetes. Embora Hrebenar sugira uma "era de coalizão", talvez seja melhor sugerir *uma nova era de cooptação* dos setores mais conservadores da oposição japonesa pelas facções dominantes do PLD.

Por outro lado, o próprio comportamento dos eleitores parece indicar a continuidade do predomínio conservador. De acordo com Kuroda⁷ o ato de votar, para muitos japoneses, não é tanto uma atividade política, mas parte de um comportamento social geral. Apesar das diversas campanhas cívicas contra o abstencionismo eleitoral, observa-se uma tendência de seu aumento no Japão. Hrebenar explica essa realidade pela pouca representatividade dos pleitos, tanto para os cargos executivos como para a Dieta.⁸

O comportamento eleitoral recente dos japoneses tem sido estudado por Flanagan, Richardson e o próprio Hrebenar, entre outros investigadores ocidentais. Vejamos uma síntese de conclusões mais persistentes de alguns pesquisadores.

1. No Japão, o ato de votar é um ato passivo, enquadrando-se no padrão tradicional japonês de evitar tanto quanto possível a ação política.⁹

2. A persistência de ligações pessoais, o significado do grupo na vida individual e a capacidade do grupo para forçar o conformismo

de seus membros são atitudes tradicionais dos japoneses, as quais fortalecem o *sistema de recomendação (subsensei)*, os sentimentos de obrigação (*giri*), a consciência local (*jimoto*) e as organizações de apoio a candidatos (*koenkai*).¹⁰

3. A participação política está baseada nos padrões culturais prescritos de relações pessoais de gratidão entre os indivíduos e seus superiores.¹¹

4. A concepção de participação política no Japão está amplamente limitada ao voto.¹²

5. Existe uma expressiva falta de confiança nos políticos.¹³

6. A real batalha eleitoral se dá mais entre os candidatos das diversas facções do PLD do que entre o PLD e os partidos de oposição.¹⁴

7. O eleitor destaca mais o candidato do que o partido ou programa, salvo nas eleições para a Câmara de Chanceleres.¹⁵

8. O eleitorado japonês é essencialmente conservador, no sentido de que é resistente à mudança.¹⁶

Em pesquisa de opinião promovida pelo *Mainichi Shimbun*, um dos principais órgãos da grande imprensa japonesa, em dezembro de 1980, à questão: "Você está satisfeito com sua vida atual?", 73% dos entrevistados responderam afirmativamente; 18% responderam negativamente, enquanto 8% deram outras respostas ou não responderam. 73% se designam "conservadores", enquanto 22% se consideram "reformistas".¹⁷ Tal perspectiva está presente tanto no meio rural como no meio urbano. Aliás, é bom observar, o Japão contemporâneo pode ser visto como uma extensão cada vez maior da urbanidade. Entre Tóquio e Osaka ou entre Tóquio e outras grandes cidades o que se atravessa é uma continuidade urbana a 220 km/hora!

O predomínio conservador, através sobretudo do PLD, manifesta-se, como se vê na Tabela 4, tanto nas zonas rurais como nas cidades ou grandes centros metropolitanos. Por outro lado, a tendência do voto dos jovens após 1979 é também de preferir majoritariamente o PLD.¹⁸

TABELA 4

Deputados eleitos pelo PLD e PSJ por tipo de distrito
(1976-1983)

TIPOS DE DISTRITOS	1976		1979		1980		1983		CARGOS	% DE VOTOS	
	PLD	PSJ	PLD	PSJ	PLD	PSJ	PLD	PSJ		PLD	PSJ
Grandes cidades	37	23	32	22	41	21	35	23	123	29	16
Cidades médias	43	27	45	21	50	20	42	25	95	44	21
Vilas	54	23	55	19	63	19	53	21	102	51	19
Semi-Rurais	52	27	51	22	55	25	52	22	88	56	22
Rurais	63	23	65	23	75	22	68	21	103	61	20
Totais	249	123	248	107	284	107	250	112	511	46	20

Fonte: R.J. Hrebenar, org., The Japanese Party. . . , op. cit., p. 23.

3. Sistema eleitoral e partidos

A análise do impacto do sistema eleitoral sobre os partidos e o sistema partidário é muito comum na ciência política contemporânea. No Brasil, esse fenômeno foi pioneiramente estudado pelos cientistas políticos que publicavam na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, como Orlando M. de Carvalho, Nelson Saldanha, Oliveira F. Ferreira e, mais recentemente, por Bolívar Lamounier, Wanderley G. dos Santos e outros. Tal preocupação está também muito presente em diversos estudos de japonólogos.

Com efeito, tem sido freqüentemente observado que o sistema eleitoral japonês, *também ele*, expressaria uma das dimensões da *originalidade* japonesa. Como escreve Hrebenar, "original em muitos aspectos entre os sistemas eleitorais de nações democráticas, as leis eleitorais do Japão tiveram um significativo impacto no sistema partidário da nação no pós-guerra".¹⁹

Na realidade, esses impactos, em si e no geral, não são tão originais, pois se manifestam em países como a França, Itália e Inglaterra, entre outros. Destaquemos, inicialmente, dois aspectos significativos dessa discussão: o impacto da magnitude do distrito e o problema

da desigualdade do peso do eleitor, maior ou menor segundo o distrito. Como se pode perceber, não existiria tanta originalidade no caso japonês, pois tal problema também existe no Brasil, se consideramos cada estado como um distrito.

A dimensão do eleitorado do estado afeta os partidos e o sistema partidário, acarretando, também, a super-representação de alguns estados e sub-representações de outros. Em outras palavras, fica estabelecida uma discriminação entre os eleitores, uns com maior peso do que outros, o que contraria o princípio constitucional moderno de igualdade entre os cidadãos.

Então, onde estaria a originalidade japonesa? Segundo Hrebenar, o sistema dos distritos médios seria a expressão dessa originalidade japonesa. Ora, é sabido que encontramos em diferentes países o sistema distrital simples (um representante para cada distrito) e o sistema distrital múltiplo, semelhante à regra brasileira de eleições proporcionais, pela qual os eleitores de cada estado elegem múltiplos representantes para a Câmara dos Deputados. Sabemos também que todo o problema reside na lei que regula a questão.

É interessante notar que essas leis sempre correspondem à vontade dos partidos maiores,

seja como resultante de um acordo entre eles, seja pela vontade de um líder forte, como foi o caso de De Gaulle na França. No Japão, já em 1925, se realizara um acordo entre os três maiores partidos da época (*Seyukai*, *Kenseikai* e *Kokuminto*), estabelecendo o sistema de distritos médios. Tal sistema vigora desde então no país, salvo nas eleições de 1945, que seguiram o padrão da representação múltipla. Notar também que, em si, esse sistema de distritos médios não é muito original, pois existiu em muitos países no decorrer do século XIX, inclusive no Brasil imperial.

a) A magnitude do Distrito

Como já foi indicado, nas eleições para a Câmara de Representantes o país é dividido em distritos, que elegem de um a cinco deputados. Tal sistema tem acarretado as seguintes conseqüências:

1 - os partidos maiores são beneficiados pois elegem proporcionalmente mais deputados do que a proporção de votos recebida;

2 - o Komei-to e o PSD não têm sido prejudicados pelo sistema; e

3 - o PCJ é o maior prejudicado.

Assim, dentro da correlação de forças que tem existido na política japonesa do pós-guerra, tal sistema contribui para a manutenção do *status quo* e *discrimina* os eleitores de esquerda, tendencialmente concentrados nas regiões mais populosas. As dificuldades maiores para o PCJ também se manifestam nas eleições para a Câmara de Chanceleres, como se pode perceber pelos dados da Tabela 6.

Quando se compara os resultados do Komei-to e do PCJ é que se pode entender um detalhe das eleições japonesas. O PCJ apresenta candidatos em 129 dos 130 distritos do país, enquanto o Komei-to os apresenta em distritos selecionados (59 nas eleições de 1983). Portanto, o PCJ tem sua votação distribuída em todo o país, enquanto os votos para o Komei-to estão concentrados em alguns distritos.

Torna-se também importante, em tal sistema, calcular bem o número de candidatos por

TABELA 5

Eleitos por partido e magnitude dos Distritos - Câmara de Representantes
(Eleições de 1983)

PARTIDOS	REPRESENTANTES ELEITOS NOS DISTRITOS			% DOS ELEITOS POR DISTRITO			ELEITOS TOTAL %	
	3 REP.	4 REP.	5 REP.	3 REP.	4 REP.	5 REP.		
PLD*	76	80	93	53,9	48,7	45,3	250	48,9
PSJ	31	48	73	21,9	23,1	20,9	112	21,9
Komei-to	15	13	30	10,6	7,9	14,6	58	11,3
PPS	6	14	18	4,2	8,5	8,7	38	7,4
PCJ	4	8	14	2,8	4,8	6,8	26	5,0
NCL	4	3	1	2,8	1,8	0,5	8	1,5
FDS	0	2	1	0,0	1,2	0,5	3	0,5
Indep.	5	6	5	2,8	3,6	2,4	16	3,1
Totais	141	164	205				511	

Fonte: R.J. Hrebenar, org., The Japanese Party. . . , op. cit., p. 35.

* O distrito com apenas um eleito foi ganho pelo PLD em 1983.

partido. Tal constatação é válida sobretudo para o PLD e o PSJ. Se o cálculo for mal feito, o número de votos do partido pode ser majoritário, mas a posição de cada candidato minoritária em relação a candidatos dos outros partidos. Observe-se que não existe o sistema de sublegendas, tal como no Brasil até recentemente. Por essa razão, o número de candidatos nas eleições japonesas é relativamente pequeno comparado com países como o Brasil (cf. Tabela 7).

b) A desigualdade do peso do eleitor

As migrações internas e a urbanização crescente criam realidades novas para os sistemas eleitorais muito rígidos. O aumento da população urbana e a diminuição relativa da população rural deveriam acarretar, periodicamente, mudanças na representação dos distritos. Teoricamente, esse seria o caso do Japão. A lei eleitoral estabelece que a cada cinco anos deveria haver um ajustamento do número de representantes de cada distrito. Como essa lei não deixa os mecanismos de sua

aplicação claros, sem possíveis interpretações dúbias, verifica-se uma resistência do PLD em aceitar uma distribuição mais democrática, que certamente o prejudicaria. Preferiu-se aumentar o número de membros da Câmara de Representantes (em 1964 acrescentaram-se mais 19 membros, em 1976 mais 20 e em 1986 mais um, chegando-se aos 512 deputados atuais).

A consequência é clara: o peso do eleitor de certos distritos chega a ser quase cinco vezes maior do que o do eleitor de outros, como se pode ver na Tabela 8, que exemplifica a questão com os cinco distritos mais sub-representados e os cinco mais super-representados do país.

Tal realidade prejudica todos os partidos à exceção do PLD, pois todos eles tendem a ter expressão eleitoral maior nas cidades maiores. Os estudos realizados indicam, no entanto, que os partidos mais prejudicados são o PCJ e o Komei-to. A Corte Suprema já declarou a inconstitucionalidade desse sistema. Permanece, portanto, um choque formal entre a Corte Suprema e o Legislativo-Executivo, sob controle do PLD. No fundo da questão está o seguinte:

TABELA 6

Câmara de Chanceleres (Eleições de julho de 1986)

PARTIDOS	VOTOS PROPORCIONAIS		VOTOS DISTRITAIS	
	ELEITOS	% VOTOS	ELEITOS	% VOTOS
PLD	22	38,6	50	45,1
PSJ	9	17,2	11	21,5
Komei-to	7	13,0	3	4,4
PSD	3	6,9	2	4,6
PCJ	5	9,5	4	11,4
NCL	1	2,4	—	—
Independentes	—	—	6	10,4
Menores	3	12,5	—	2,6
Totais	50	100,0	76	100,0

Fonte: Japan Statistical Yearbook 1987, p. 706.

o problema é *questão interna fundamental* no PLD, pois o atendimento às decisões da Corte Suprema implicaria uma mudança na relação de forças entre suas diferentes facções. Assim, o problema não é apenas *do* partido, mas também de *cada* facção.

Não será simples encontrar uma saída para o que tem sido um impasse na representação democrática no Japão, porque também o maior

beneficiado seria provavelmente o PCJ.²⁰ Concordando com Hrebenar, pode-se sugerir que o PLD deve chegar a conclusões sobre a questão proximamente. Não sei se é "porque sua maioria pura é improvável de continuar por mais tempo".²¹ Talvez seja muito desconfortável para a ética da dignidade nacional japonesa esse desrespeito sutil à Corte Suprema do país.

TABELA 7

Câmara de Representantes
(Número de candidatos por partido)

PARTIDOS	1976	1979	1980	1983
PLD	320	322	310	339
PSJ	162	157	149	144
PCJ	128	128	129	129
Komei-to	84	64	64	59
PSD	51	53	50	54
NCL	25	31	25	17
FSU	—	7	5	4
Menores	17	33	42	18
Independentes	112	96	61	84
Totais	899	891	835	848

Fonte: Ministério do Interior, in R.J. Hrebenar, *org.* The Japanese Party... op. cit., p. 36.

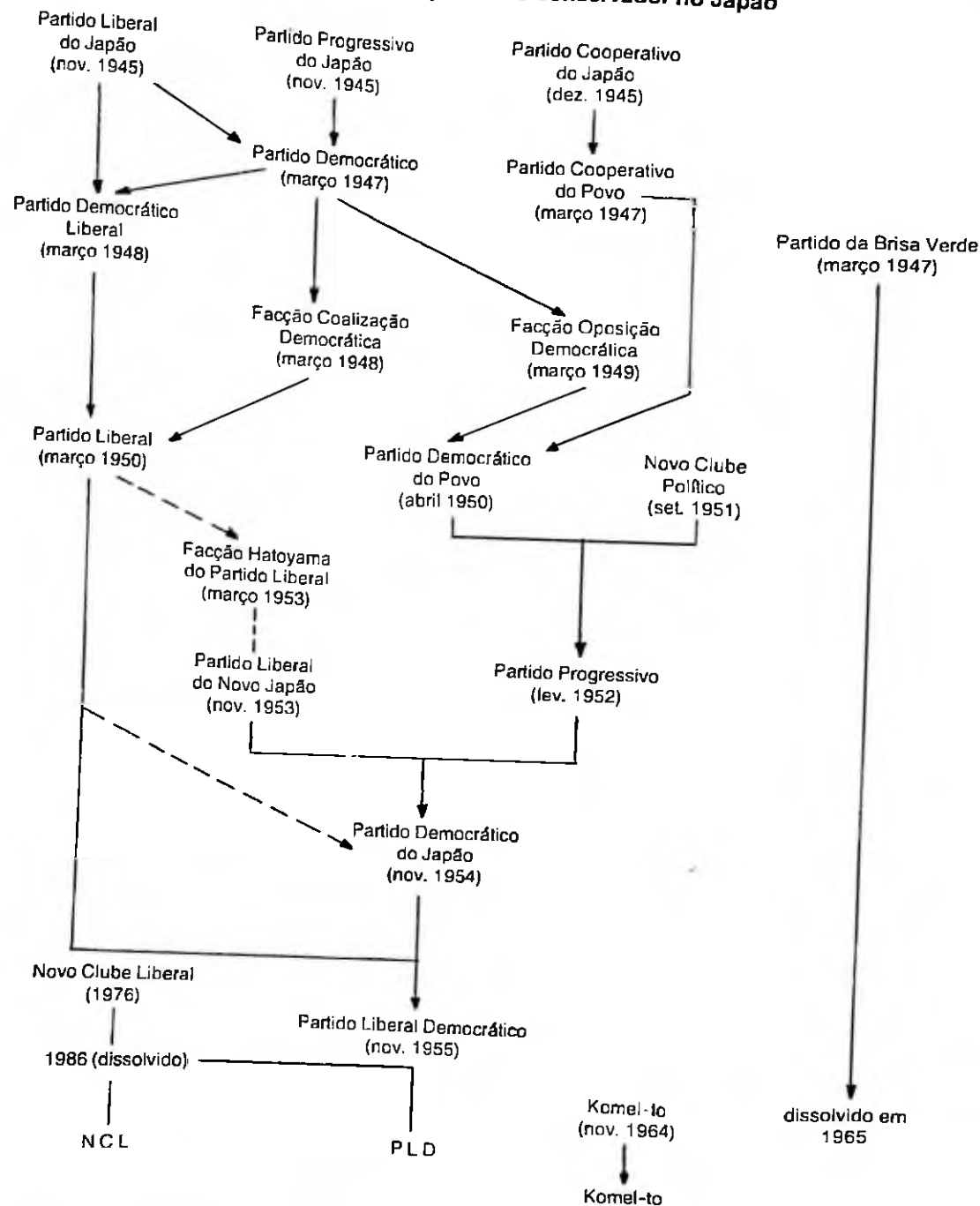
TABELA 8

Desigualdade do peso do eleitor

DISTRITOS SUB-REPRESENTADOS (A)	SUPER-REPRESENTADOS (B)	DEPUTADOS NA DIETA		VOTOS P/DEPUTADO		A/B
		(A)	(B)	(A)	(B)	
Chiba(4)	Hyogo(5)	3	3	549.501	111.930	4,91
Kanagawa(3)	Kagoshima(3)	3	3	504.851	116.920	4,32
Saitama(2)	Ehime(3)	3	3	497.140	123.965	4,01
Tóquio(11)	Ishikawa(2)	4	3	454.458	124.404	3,65
Saitama(4)	Akita(2)	3	4	451.294	128.564	3,51

Fonte: R.J. Hrebenar, *org.*, The Japanese Party. . . , op. cit., p. 40.

Evolução de sistema partidário conservador no Japão



40

4.1. Partido Liberal Democrático – PLD

Com o fim da guerra e a derrota do militarismo japonês, em 1945, abre-se o espaço para a reorganização da vida política e partidária no Japão. A experiência do país mostra que foram necessários dez anos para que o sistema partidário japonês adquirisse a feição desejada pelas forças estruturalmente hegemônicas. Com efeito, entre 1945 e 1955, como se pode perceber pela Figura 1, tendências mais conservadoras e aquelas com tradição no liberalismo estavam divididas em diversos partidos políticos.

Sucediam-se divisões, rearticulações e crises, pouco compatíveis com a estabilidade de um sistema parlamentarista e com a estabilidade política necessária à estratégia de desenvolvimento econômico acelerado do país.

Dentro dessa ótica, as divisões partidárias dos setores conservadores e liberais, econômica e politicamente hegemônicos, criam perspectivas de instabilidade maiores, ainda mais levando-se em consideração o crescimento eleitoral dos socialistas. Assim, em novembro de 1955, assistir-se-á à fusão partidária de todas essas correntes, surgindo então o PLD.

Apesar da conhecida relevância do regime parlamentarista para o fortalecimento dos partidos, os analistas apontam dois fatores mais importantes para entender o surgimento do PLD. Em primeiro lugar, a percepção, pelos grandes grupos econômicos japoneses, da necessidade de um partido mais coeso, capaz de dar uma direção mais consistente à vida política do país. Existe, portanto, *necessidade econômica da estabilidade política*,²² e as pressões dos poderosos grupos financeiros (*zaikai*) tornam-se decisivas para o surgimento de um partido para realizar tal objetivo:

“A influência política do *zaikai* durante os anos 1950 era mesmo maior do que hoje

Estudos Afro-Asiáticos nº 16, 1989

por numerosas razões. A economia japonesa estava ainda em um período de recuperação e as lideranças empresariais estavam fortemente unidas em seu objetivo de atingir altas taxas de crescimento econômico. Para implementar esse objetivo, o empresariado procurou primeiro estabelecer a estabilidade política como uma condição essencial para a manutenção do crescimento econômico."²²

O segundo fator é o avanço das forças progressistas no cenário político japonês. Com efeito, após a assinatura do Tratado de Paz em 1951, o Japão recupera sua autonomia como nação independente, iniciando-se nova fase na vida social e política japonesa. Nesse contexto, o Tratado de Segurança com os Estados Unidos tende a polarizar as forças em presença: de um lado, os conservadores, que o apóiam; de outro, os socialistas, que, mesmo divididos, o criticam. Dessa polarização resulta o paulatino crescimento das forças socialistas. Nas eleições de 1952 os socialistas conseguem eleger 111 deputados, ou seja, 23,8% do total. Em novas eleições, em 1953, os socialistas elegem 138 deputados, chegando a 29,6% da Câmara de Representantes. Nas eleições de 1955, somando-se a representação dos socialistas, comunistas e outros partidos progressistas, atingia-se o número de 162 deputados, cerca de 34% do total.

Esse crescimento aponta para os socialistas a perspectiva de chegar ao poder em aliança com outras forças. Daí o esforço visando à reunificação partidária dos socialistas e ao surgimento do PSJ em outubro de 1955. Certamente, essa decisão dos socialistas apressa a reunificação conservadora, que se realiza um mês depois, criando-se o PLD.

b) As facções do PLD

Em suas origens, o PLD é muito mais uma frente partidária conservadora do que propriamente um partido político. Agregando interesses divergentes e com rivalidades antigas

no cenário japonês, desenvolver-se-á como partido de facções organizadas. O faccionalismo é, assim, um traço imanente do PLD, pois as facções não apenas expressam origens históricas diferenciadas como também canalizam padrões específicos de fidelidade pessoal, aspecto muito significativo quando se analisa o Japão.

Seja uma "aliança de facções", seja um "partido composto de diversos partidos",²⁴ o entendimento do PLD passa por suas diferentes facções e pelas relações entre elas na dinâmica interna do partido e no cenário da política japonesa.

Existem atualmente cinco facções principais no PLD. A "genealogia" das facções é

interessante, pois ilustra o enraizamento profundo da continuidade conservadora na política japonesa.

Outro aspecto interessante a ser observado é a força da facção Tanaka, que vem desempenhando um papel central na política japonesa nos últimos 20 anos. As facções Tanaka, Suzuki e Nakasone dominam o PLD e, em consequência, o governo japonês e por isso são designadas *shuryu-ha*, ou seja, "facções dominantes". Existe uma espécie de "oposição" às facções dominantes (*han-shuryu-ha*) e àquelas facções que, embora não pertençam ao grupo dominante, também não são da "oposição" (*hi-shuryu-ha*).

TABELA 9

Origens das facções do PLD

PERÍODO	GABINETE	FACÇÕES	ALIANÇAS PRINCIPAIS
1946-1947	Yoshida	Yoshida	
1947-1948	Katayama (socialista)	—	
1948-1954	Yoshida	Yoshida	
1954-1956	Hatoyama	Hatoyama	
1956-1957	Ishibashi	Hatoyama (Ishibashi)	
1957-1960	Kishi	Kishi	Sato+Kono + Ono
1960-1964	Ikeda	Ikeda (Yoshida)	Ikeda + Sato + Kishi
1964-1972	Sato	Sato	Fukuda (Kishi) + Tanaka + Ohira + Nakasone + Miki
1972-1976	Tanaka	Tanaka	
1976-1978	Miki	Miki	
1978-1980	Ohira	Ohira (Ikeda)	
1980-1983	Suzuki	Suzuki (Ikeda)	+ Tanaka
1983-1987	Nakasone	Nakasone	+ Tanaka
1987	Takeshita	Takeshita (Tanaka)	+ Nakasone

Fontes: R.A. Scalapino e J. Masumi, *Parties and Politics*. . . , op. cit., A.W. Burks, *The Government of Japan*, Nova Iorque, Thomas Y. Crowell, 1964; e N. Tomita et. alii, "The Liberal Democratic Party. . .", op. cit.

Resumindo, as cinco facções atuais tiveram as seguintes lideranças sucessivas:²⁵

Suzuki Yoshida-Ikeda-Maeo-
[-Ohira-Suzuki
Tanaka . . . Yoshida-Sato-Tanaka-Takeshita
Fukuda Kishi-Fukuda
Nakasone Kono-Nakasone
Komoto Miki-Komoto

Claro que o faccionalismo consolidado engendra uma série de consequências. Estudiosos como Hrebénar e Tomita destacam entre elas as seguintes:

a) O faccionalismo contribui para o atraso da política conservadora e para o alto grau de corrupção existente na política japonesa. As disputas entre as facções exigem dinheiro e daí o grande envolvimento delas com o *big business*.

b) O faccionalismo impede a modernização do partido.

c) O faccionalismo significa, no fundo, multipartidarismo. Em muitos casos o debate entre as facções pode facilitar o encontro de melhores soluções. Esse pluralismo interno di-

ficulta o surgimento de lideranças ou poder autocrático.

d) O faccionalismo limita, no entanto, o pluralismo interno, tornando-o cada vez mais limitado e contribuindo para o predomínio burocrático.

A política do PLD e sua realidade interna manifestam-se nas orientações do governo japonês. O partido sofre os impactos das crises e os benefícios dos sucessos do governo. Como ilustra a Tabela 10, o PLD tem grande respaldo do eleitorado japonês.

No entanto, como se percebe, esse apoio eleitoral diminui paulatinamente entre 1958 e 1976, período em que os escândalos envolvendo a figura do primeiro-ministro e líder da principal facção do PLD, Tanaka, levam o partido ao seu mais baixo desempenho eleitoral (41,8%) desde sua criação.

Nas últimas quatro eleições para a Câmara de Representantes o PLD recuperou-se de maneira visível, atingindo inclusive o recorde de 300 deputados eleitos e obtendo o apoio de quase 50% dos votantes. Vale destacar de no-

TABELA 10

**Força eleitoral do PLD na Câmara de Representantes
(1958-1986)**

ELEIÇÕES/DATA	VOTANTES %	VOTOS PLD %	DEPUTADOS ELEITOS	TOTAL %	TOTAL DE DEPUTADOS
5 maio 1958	77,0	57,8	287	61,4	467
11 nov. 1960	73,5	57,5	296	63,3	467
11 nov. 1963	71,1	54,6	283	58,1	467
1 jan. 1967	73,9	48,8	277	56,9	486
12 dez. 1969	68,5	47,6	288	59,2	486
12 dez. 1972	71,7	46,9	271	55,1	491
12 dez. 1976	73,4	41,8	249	48,7	511
10 out. 1979	68,0	44,8	248	48,5	511
6 jun. 1980	74,5	47,9	284	55,5	511
12 dez. 1983	67,9	45,8	250	48,9	511
7 jul. 1986	71,4	49,4	300	58,5	512

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1980 e 1987.

vo que o sistema eleitoral japonês beneficia o PLD, garantindo-lhe um número relativo de deputados superior à proporção dos votos obtidos. O que contribui também para evidenciar uma dimensão da estabilidade do controle conservador sobre o sistema político e a sociedade japonesa.

4.2. *Komei-to. Partido Komei (Partido do Governo Transparente)*²⁶

Dentro do universo religioso japonês, a seita budista Nichiren Shoshu (seita ortodoxa de Nichiren) caracteriza-se, desde sua fundação, por uma militância explícita. A seita considera-se a representante do verdadeiro budismo, que, segundo ela, teria sido distorcido com o tempo. Sua função é, portanto, restaurá-lo em sua plenitude, dando-lhe os meios para esclarecer todos os homens na terra.

Assim, desde suas origens, a Nichiren Shoshu sente-se na obrigação de salvar o povo japonês de filosofias e ensinamentos errados, que acabariam destruindo a própria nação. Aqui torna-se visível um dos aspectos do seu lado nacionalista: como acredita que o futuro e a própria salvação dependem de seu trabalho, a Nichiren Shoshu lança-se em práticas agressivas de proselitismo e campanhas de conversão. Articulando bastante para que os diferentes governos aceitassem seus ensinamentos, seus líderes foram quase sempre perseguidos e colocados nas prisões. Nichiren morreu em 1282, estabelecendo-se, pouco depois, uma linha sucessória de autoridade entre seus seguidores que se mantém até hoje.

Na década de 1930, os seguidores de Nichiren, liderados por Makiguchi e Toda, fundam a atual Soka Gakkai – Sociedade Acadêmica para a Criação de Valores. Ambos os líderes são colocados na prisão pelo regime militar japonês em 1943. Makiguchi morre de desnutrição na cadeia em 1944 e é sucedido por Toda, libertado no ano seguinte.

Em 1951, pode-se dizer que o movimento está formalmente reconstruído, sob a condução de Josei Toda, liderança autoritária e

agressiva mas com grande capacidade de organização. O movimento cresce e começa a chamar a atenção na política japonesa quando um número crescente de candidatos procura apoio dos seguidores de Toda.

Após sua morte em 1958, Toda é sucedido por Daisaku Ikeda, então com 32 anos, que introduz a energia e a juventude de sua idade no conjunto da organização. Por volta de 1968 a Soka Gakkai afirma ter 15 milhões de membros ou cerca de seis milhões de unidades familiares apenas no Japão.

Tendo em vista seus princípios e preocupações envolvendo toda a sociedade e, sobretudo, o objetivo de construir um Estado sob os princípios do budismo, é inevitável o envolvimento da Soka Gakkai com a política partidária. Desde 1955, muitos de seus membros já se elegem para assembleias locais e prefeiturais e posteriormente em outros níveis. Em 1964 a Soka Gakkai afirma ter 15 representantes na Câmara de Chanceleres, 55 em assembleias metropolitanas ou prefeiturais, 113 em assembleias de cidades e 188 em assembleias de vilas.

Como o artigo 20^o da Constituição estabelece que “nenhuma organização religiosa (...) exercerá qualquer autoridade política”, torna-se necessário um outro tipo de organização para a atividade explicitamente política da Soka Gakkai. Em 17 de novembro de 1964 é criado o Partido Komei – Partido do Governo Transparente, o braço político-partidário da Soka Gakkai.²⁷

A esse partido caberia, então, a função de procurar a “democracia budista”, definida como a combinação de bem-estar social e felicidade individual.²⁸ Tal democracia seria uma forma de socialismo ou neo-socialismo, no qual o Estado teria um papel fundamental.

O Partido Komei vem crescendo significativamente nos últimos anos e desempenha papel não negligenciável na política japonesa. Em um sentido geral assume posições pendulares, ora pelo lado conservador, ora pelo lado do progressismo. Aspecto interessante para um movimento religioso de cunho político é a de-

claração conjunta da Soka Gakkai e do PCJ feita em 1974 e que transcrevemos abaixo:

"No início de outubro de 1974, Koichiro Ueda – representante do PCJ – e Isao Nozaki – representante da Soka Gakkai – mantiveram uma série de discussões nas quais trocaram amplas e francas opiniões relativas à natureza e princípios de suas respectivas organizações, suas atividades presentes e perspectivas no futuro e sobre a situação interna e externa.

Como resultado, Ueda e Nozaki, agindo em nome de suas respectivas organizações, concordam com a premissa de que a Soka Gakkai e o PCJ, reconhecendo terem natureza e princípios independentes e as diferenças dos pontos de vista de cada uma, seguirão uma política de mútua não-interferência.

Com essa premissa, para o bem do futuro do Japão e acima de tudo para o bem do povo do Japão, chegaram a um acordo sobre os pontos abaixo:

1. O PCJ e a Soka Gakkai têm ambas organizações, movimentos e princípios independentes. Com o objetivo de estabelecer uma relação mutuamente confiável, respeitando a independência de cada um, farão o melhor para chegar a uma compreensão mútua.

2. O PCJ sustentará incondicionalmente, sob qualquer sistema governamental, a liberdade de religião, incluindo a liberdade de propagar o ensinamento religioso. A Soka Gakkai não olhará com inimizade o socialismo científico ou o comunismo.

3. Ambas as organizações, observando boa vontade recíproca, concordam em se abster de difamação ou calúnias mútuas em todos os assuntos, inclusive questões de posições políticas, e honrar ao máximo o princípio da negociação nas disputas. Todas as questões que surgirem entre as duas organizações e movimentos serão resolvidas por discussões.

4. Ambas as organizações, enquanto trabalhando perpetuamente pelo bem-estar do

povo, mas ao mesmo tempo mantendo suas respectivas crenças e métodos, irão, cada uma a sua maneira, trabalhar para a eliminação das injustiças sociais e para a realização de um bem-estar crescente para o povo.

5. Ambas as organizações, sustentando suas respectivas crenças e métodos, irão fazer o melhor de seu esforço para a eterna paz no mundo. Em particular, as duas organizações, cada uma a sua maneira, trabalharão para a completa abolição das armas nucleares, que constituem uma ameaça básica à existência humana.

6. Ambas as organizações reconhecem que no presente há uma tendência no Japão para um novo fascismo e, cada uma a sua maneira, irão trabalhar com sabedoria e inteligência disponível para prevenir que essa tendência se desenvolva para um estágio crítico. Ao mesmo tempo, opor-se-ão definitivamente e se protegerão contra qualquer tentativa fascista de pôr em xeque os direitos democráticos e os direitos humanos fundamentais, assim como contra o ataque fascista sobre a liberdade política e religiosa.

7. O prazo deste acordo será de dez anos, efetivo da data de sua assinatura. Após dez anos, as duas organizações, tendo revisto as condições de época, irão deliberar e se consultar sobre a possibilidade de um novo acordo para avançar nas suas relações mútuas.

É difícil avaliar o resultado prático dessa declaração, sobretudo ao nível das relações entre o Partido Komei e o PCJ, visto que desde sua fundação o Komei se tornara duramente anticomunista. No entanto, ela é útil para se captar um dos estilos da Soka Gakkai, o de visar à aproximação com forças de esquerda, embora tal política, ao nível do Partido Komei, dirija-se principalmente para o PSJ e o PSD. A aliança com estes seria uma tentativa de alternância ao PLD no poder. Tudo indica que é pouco provável o sucesso dessas articulações em futuro próximo.

TABELA 11

**Força eleitoral do partido Komei na Câmara de Representantes
(1967-1987)**

ELEIÇÕES/DATA	VOTANTES %	VOTOS KOMEI %	DEPUTADOS ELEITOS	TOTAL %	TOTAL DE DEPUTADOS
1 jan. 1967	73,9	5,4	25	5,1	486
12 dez. 1969	68,5	10,9	47	9,6	486
12 dez. 1972	71,7	8,5	29	5,9	491
12 dez. 1976	73,4	10,9	55	10,7	511
10 out. 1979	68,0	9,8	57	11,1	511
6 jun. 1980	74,5	9,0	33	6,4	511
12 dez. 1983	67,9	10,1	59	11,5	511
7 jul. 1986	71,4	9,4	56	10,9	512

Fonte: Japan Statistical Yearbook 1980 e 1987

Os resultados das eleições de junho de 1980 indicam uma expressiva queda do Komei, resultante dos escândalos que envolvem a Soka Gakkai, particularmente em 1979 e início de 1989.³⁰ Mas, após esse incidente, o partido vai recuperar os melhores resultados das eleições anteriores, tanto em 1983 como em 1986. Nesse ano, confirma-se sua posição como força expressiva no cenário da política japonesa: 57 representantes na Câmara de Representantes, 25 na Câmara de Chanceleres, 217 membros de Assembléias Prefeiturais, 180 membros de Assembléias de Regiões Especiais, 1.870 membros de Assembléias de Cidades e 1.171 membros de Assembléias de Vilas; ou seja, 3.521 eleitos.³¹

O Partido Komei tem o apoio de um eleitorado predominantemente constituído de operários (25,4%), empregados de empresas (21,4%), comerciantes (17,4%) e autônomos (15,8%). Com uma imagem de *fanatismo* nas suas origens, ainda é visto por muitos como um perigo ("militarista", "fascistizante", "ultranacionalista").³²

Pregando um "socialismo humanitarista", um governo de coalizão sem os comunistas para substituir o PLD no poder e uma posição mais flexível sobre segurança, o Partido Ko-

mei ocupa um lugar de destaque na política japonesa. Mas contra ele continuam a pesar fortes suspeitas de tendências autocráticas e direitistas.

4.3. Partido Socialista do Japão – PSJ

No Japão, país cuja cultura tornava até as idéias liberais chocantes, quando não subversivas, o movimento partidário socialista vai surgir como movimento ainda mais profundamente estranho à sociedade e encontrará enormes dificuldades para existir enquanto organização partidária.

Os socialistas japoneses sofrem também as consequências das divisões internacionais do movimento socialista, desde o início do século. Também é um fato que a situação interna do país impõe aos socialistas japoneses um isolamento maior do contexto internacional. Essas dificuldades acentuam-se com o fortalecimento do militarismo no Japão a partir dos anos 20, condenando as diferentes facções socialistas à política clandestina.

A reorganização aberta dos socialistas efetiva-se em novembro de 1945, com a junção de três grupos: direita (Shamin-Kei), centro (Nichiro-Kei) e esquerda (Rono-Kei). Todos

eles são originários das primeiras divisões entre socialistas no decorrer da década de 1920. Esses grupos diferenciam-se em vários aspectos, mas suas divergências em relação ao movimento sindical são muito claras: a tendência de direita prega uma cooperação entre trabalho e capital, em oposição à de esquerda, que pretende uma política de conquista através do fortalecimento do sindicalismo.

Renascendo estreitamente ligado ao movimento sindical, o PSJ vai obter expressiva votação no pós-guerra: elege 92 deputados em abril de 1946 (17,8%), despontando como a terceira força partidária do país. Exercerá o governo por um curto período (junto de 1947 a fevereiro de 1948), durante o Gabinete Katayama, com o apoio de pequenos partidos.

Se as divisões no campo conservador facilitam sua única ascensão ao poder Executivo, suas divisões internas tornam inviável sua permanência no poder. As divergências internas são mais profundas em relação à questão externa: a esquerda fará feroz oposição aos princípios do Tratado de Paz (1952), propondo o neutralismo e opondo-se ao rearmamento do Japão, e a direita adotará uma posição mais conciliadora, sobretudo em função de seu anti-comunismo ativo, naquela fase do conflito da Coreia. Em um cenário de inflação, de imposições políticas norte-americanas e de tentativas frustradas de nacionalização das minas de carvão, os conflitos internos acentuam-se.

A Figura 2 ilustra a complexidade do quadro interno do PSJ e a Figura 3, as diferentes crises do partido no contexto mais amplo da esquerda japonesa.

Fato marcante da vida do PSJ é sua estreita dependência da Central Sindical Sohyo, criada em 1950, e que nos anos seguintes vai fortalecer a esquerda do partido. A partir dos anos 60 aumenta a dependência eleitoral do PSJ em relação à Sohyo e inverte-se a situação inicial: os candidatos apoiados pela Sohyo fortalecem sobretudo as posições de centro e de direita do partido.

Interessante notar que alguns debates internos do PSJ são mais comuns às tendências

partidárias comunistas, como, por exemplo, as discussões "partido de classe *versus* partido de massas", luta parlamentar ou extraparlamentar, e a questão da "autonomia do marxismo japonês". Este aspecto está presente nas tradições da chamada Escola Rono, a qual, desde 1930, sempre rejeitou qualquer controle do movimento comunista internacional sobre o movimento socialista no Japão.³³

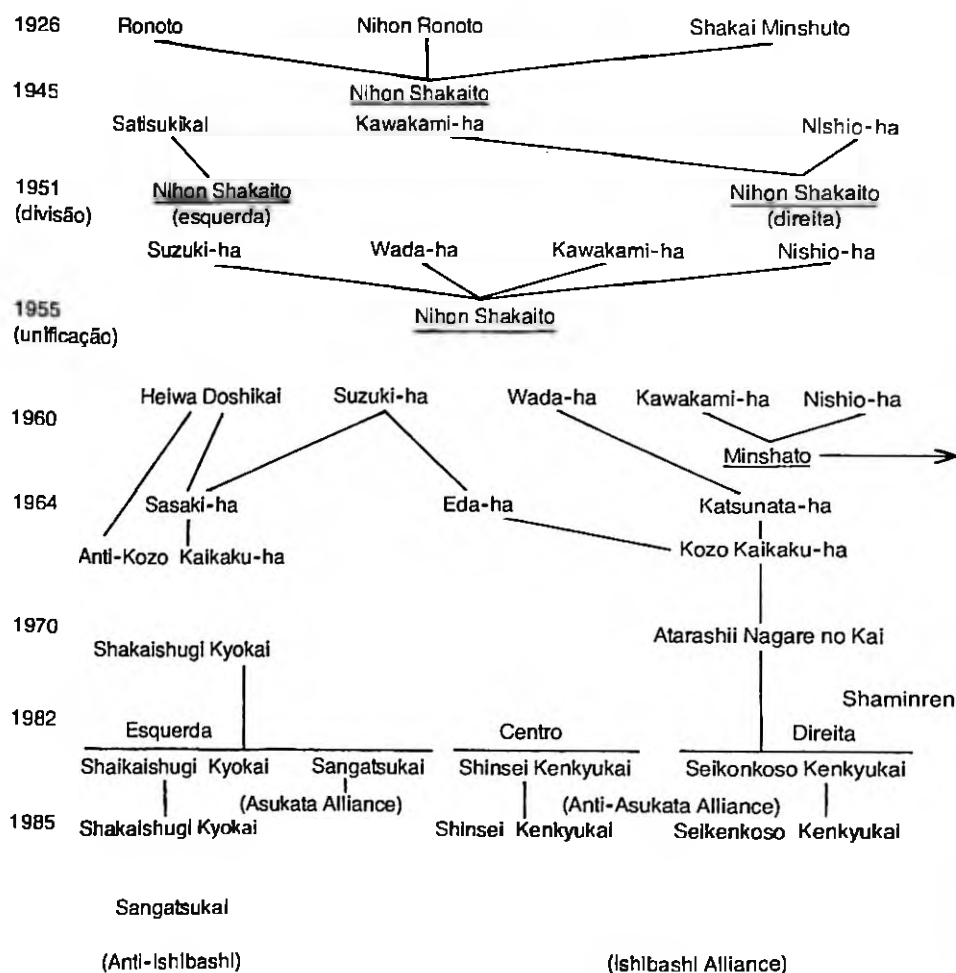
Contudo, de fato, a marca inicial dos socialistas japoneses esteve ligada à paz: defesa de uma Constituição pela paz (ver artigo 9º da Constituição japonesa) e luta contra o Tratado de Segurança com os Estados Unidos. Essas questões ocupam um lugar fundamental no conjunto das lutas da esquerda japonesa até os dias de hoje.

Ressalte-se, também, um aspecto pouco comum no interior do movimento socialista: existe no PSJ uma corrente interna pró-soviética, a *Shakaishugi Kyokai* (Aliança pelo Socialismo).

Após a reunificação partidária dos socialistas em 1955, em seguida a um período de crescimento eleitoral das diversas correntes, aparecerão condições para uma política de confronto do PSJ com o governo. A partir de 1957 (governo Kishi) os socialistas organizam protestos maciços contra a política oficial, culminando com o cancelamento da visita de Eisenhower ao Japão em 1960 e a renúncia de Kishi.

Diversos fatores indicam uma esquerdização na política do PSJ, também acompanhada de uma diminuição de votos a nível local e nacional. Essa situação culmina com uma profunda crise partidária interna que leva à criação do PSD (que será tratada mais adiante) e até ao assassinato do secretário-geral do partido, Asanuma Inejiro. Segue-se um período de mais moderação. A partir da segunda metade dos anos 60 criam-se novamente condições para uma política mais radical do PSJ, possibilitadas pela Guerra do Vietnã, o movimento estudantil, a ocupação americana de Okinawa e a renovação do Tratado de Segurança em 1970. Aqui, novamente, pode-se observar um declí-

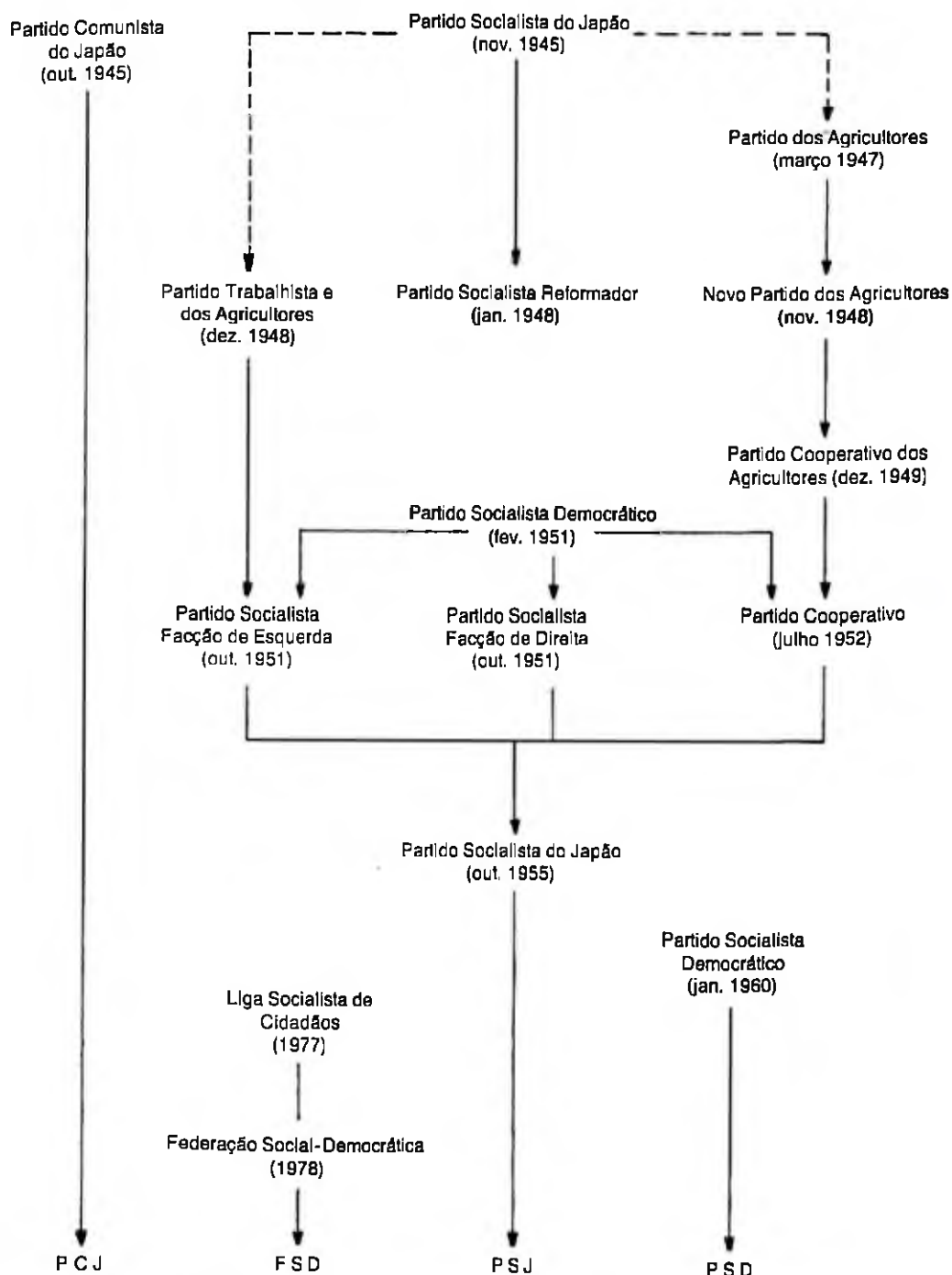
FIGURA 2
Evolução das facções do PSJ



Fonte: R.J. Hrebenar, org., The Japanese Party. . . , op. cit., p. 104.

FIGURA 3

Evolução do sistema partidário da esquerda no Japão



nio eleitoral dos socialistas. Três fatores contribuem para entender melhor esse declínio: a criação do PSD, a criação do partido Komei e o ressurgimento dos comunistas no cenário eleitoral, todos disputando o eleitorado do PSJ.

A força eleitoral do PSJ diminui também ao nível local, sobretudo nas grandes cidades. Nos anos 70 pode-se notar uma estabilização da sua força eleitoral. Porém, as eleições de 1986 marcarão acentuado declínio do partido.

Assim, nesta década de 1980, verifica-se uma simpatia maior do eleitorado pelas posições conservadoras, perdendo o PSJ importantes posições locais. A partir de 1985, sob a liderança de Ishibashi, o partido inicia nova fase moderada, procurando uma estratégia para participar do poder. Internamente, reaparecem os conflitos com a tendência da esquerda em torno da reforma da plataforma do partido, cuja tônica de esquerda começa a ser mudada desde o Congresso de 1986.

Sob a liderança atualmente de uma mulher, Takako Doi, fato inédito na política japonesa,

o PSJ procura uma nova imagem, mais moderada e moderna, e certamente continuará sendo força expressiva na política japonesa. No ano 1987, assim se resumiam os principais pontos do programa de lutas do partido:

1. oposição ao virtual aumento dos impostos e luta pela democratização do sistema tributário;
2. expansão da demanda interna e defesa do emprego;
3. luta pelo maior bem-estar com base nas demandas locais;
4. por maiores desenvolvimentos da economia política;
5. promoção de relações de coexistência, solidariedade e paz com povos asiáticos e do mundo;
6. desarmamento, diminuição das tensões e consolidação da paz;
7. lutas de massa pelo fim do Tratado de Segurança e a remoção das bases militares e contra as Forças de Autodefesa;
8. lutas de massa contra usinas nucleares e pela proibição de armas nucleares.³⁴

TABELA 12

Força eleitoral do PSJ na Câmara de Representantes

ELEIÇÕES ANO	VOTO PSJ %	DEPUTADOS ELEITOS	TOTAL %	TOTAL DE DEPUTADOS
1955	15,3	89	19,0	467
1958*	32,5	166	35,5	467
1960	27,6	145	31,0	467
1963	29,0	144	30,8	467
1967	27,9	140	28,8	486
1969	21,5	90	18,5	486
1972	21,9	118	24,0	491
1976	20,7	123	24,0	511
1979	19,8	107	20,9	511
1980	19,3	107	20,9	511
1983	19,5	112	21,9	511
1986	17,2	85	16,6	512

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1980 e 1987

* Soma dos votos do PSJ e do PSD.

TABELA 13

**Membros do PSJ em cargos eletivos
(1986)**

Câmara de Representantes	87
Câmara de Chanceleres	41
Dieta	128
Governadores de Prefeituras	0
Membros de Assembléias Prefeiturais	382
Membros de Assembléias de Regiões Especiais	103
Membros de Assembléias de Cidades	1.919
Membros de Assembléias de Vilas	974
Total	3.506

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1987.

4.4. Partido Socialista Democrático – PSD

Já foram anteriormente mencionadas algumas divergências no interior do movimento socialista japonês – basicamente, a polarização entre direita e esquerda. Em 1955, como se viu, há uma unificação partidária dos socialistas; em 1958 os socialistas concorrem em uma só legenda nas diferentes eleições. Esse esforço de unificação partidária vai durar pouco. No final de 1959 a crise é evidente, acarretando o afastamento de duas correntes: a primeira, liderada por Nishio Suehiro (grupo Shamin), representando facção mais à direita, existente desde antes da guerra e que em determinado momento organizou o Partido Socialista do Povo; a segunda, a facção Nichiro (do antigo Partido Operário e Componês do Japão).

Esses dois grupos irão criar o Partido Socialista Democrático (Minshu-Shakaito) em janeiro de 1960, atraindo 40 deputados. A cisão se manifesta também no movimento sindical. O que seria a Domei, a segunda mais expressiva das quatro centrais sindicais japone-

ses, criada em 1964, para congregar sobretudo trabalhadores do setor privado, constituir-se-á na fonte básica de apoio do PSD. Diz-se mesmo no Japão que o PSD é o braço político da Domei e que a própria existência do partido depende desde o início dessa corrente do movimento sindical.³⁵

As campanhas eleitorais do PSD são feitas pelos ativistas sindicais da Domei. Esse fato vincula excessivamente o partido ao sindicalismo e restringe seus apoios eleitorais. De toda maneira, como se pode notar pela Tabela 12, o PSD tem posição eleitoral relativamente estável nas três décadas de sua existência, embora o sistema distrital majoritário faça variar significativamente o número de deputados eleitos.

As pesquisas de Hrebenar constataam que também os candidatos do PSD recebem apoio de organizações religiosas como a Risho Koseikai (4,7 milhões de membros), Seicho-no-ie (3,1 milhões de membros), Reiyu-Kai (2,7 milhões) e “Perfeita Liberdade” (2,6 milhões).³⁶

TABELA 14

Força eleitoral do PSD na Câmara de Representantes

ANO	% VOTOS	DEPUTADOS ELEITOS
1960	8,8	17
1963	7,4	23
1967	7,4	30
1969	7,7	31
1972	7,0	19
1976	6,3	25
1979	6,8	36
1980	6,6	32
1983	7,3	39
1986	6,4	26

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1987.

Doutrinariamente, o PSD aproxima-se das tendências sociais-democratas mais moderadas ou, se for preferido, das mais conservadoras. Desde 1979 vem se aproximando do partido Komei e nos últimos tempos há uma aproximação do PSD com facções do PLD.

Assim, apesar de suas limitações, o PSD é indispensável a qualquer tentativa de alternância ao PLD no poder. Por outro lado, pode também caminhar para um governo de "coalizão" com o PLD. No presente, não se tem clareza de seu caminho futuro.

Sua plataforma volta-se principalmente para as seguintes questões:

- a) moralização da política japonesa, eliminando aspectos institucionais que favorecem a corrupção;
- b) correção das desigualdades nas representações dos distritos;
- c) descentralização das decisões e racionalização da máquina administrativa;
- d) plano principal de bem-estar e garantia da neutralidade da educação;
- e) aumento da energia atômica com acordo da população local;
- f) defesa do Tratado de Segurança com os Estados Unidos;

g) limitação das Forças de Autodefesa à defesa sob estrito controle civil.

4.5 Partido Comunista Japonês – PCJ (Nihon Kyosanto)

A origem do movimento comunista no Japão é semelhante à de outros países. A criação do PCJ se dá em julho de 1922, como parte do esforço bolchevique para a criação de PCs, com uma presença marcante de intelectuais. Seus integrantes sofrem forte repressão e têm uma experiência inicial de vida partidária totalmente clandestina.

Vivendo as dificuldades decorrentes da falta de compreensão da Internacional, adotando uma linha ultra-esquerdista e atuando em uma sociedade dominada pelo militarismo e pela aliança anti-Komintern, os comunistas japoneses só despontarão na superfície da sociedade após a guerra.

No início de dezembro de 1945 realiza-se o 4º Congresso do PCJ e, logo em seguida, em fevereiro de 1946, o 5º Congresso, com a presença de Sanzo Nosaka, que desempenhará papel importante nesse momento. O partido

adota uma postura moderada, visando fortalecer sua presença no cenário japonês do pós-guerra, e passará de cinco deputados eleitos em 1946 (quatro em 1947) para 35 deputados nas eleições de 1949, ou seja, 9,7% dos votos. A perda de credibilidade dos socialistas após o gabinete Katayama também explica esse sucesso eleitoral.

Logo em seguida, no entanto, o PCJ será pressionado a abandonar sua posição para adotar uma linha novamente ultra-esquerdista. As pressões de Stálin em função do conflito iminente na Coreia explicam a nova orientação, que levará o PCJ ao isolamento e até à clandestinidade. Não se deve esquecer de que nesse momento o Japão está ainda ocupado pelos norte-americanos e que o conflito da Coreia vai marcar o início da retomada da economia japonesa no pós-guerra.

O PCJ levará mais de dez anos para recuperar um pouco sua representação na Dieta, sob a liderança de Kenji Miyamoto, figura marcante na vida do partido desde então.

Não deixa de ser interessante notar que, sob a mesma liderança, o PCJ trilhará, desde então, caminhos muito diferentes. Do ultra-esquerdismo vindo de fora, durante a guerra da Coreia, passa-se a viver os efeitos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS. Nessa dinâmica, o PCJ adotará posições mais próximas aos chineses, sobretudo durante o 8º Congresso, em julho de 1961. Naquele contexto, isso significava recusar o chamado “policentrismo” de Togliatti e a “coexistência pacífica” dos soviéticos, e, curiosamente, recuperar a tradição da política de Nosaka, através da defesa de uma

TABELA 15

**Força eleitoral do PCJ na Câmara de Representantes
(1946-1986)**

ANO	VOTOS	DEPUTADOS ELEITOS	TOTAL %
1946	3,8	5	1,0
1947	3,7	4	0,8
1949	9,7	35	7,5
1952	2,6	—	—
1953	2,0	1	0,2
1955	2,0	2	0,4
1958	2,6	1	0,2
1960	2,9	3	0,6
1963	4,0	5	1,0
1967	4,8	5	1,0
1969	6,8	14	2,8
1972	10,5	38	7,7
1976	10,4	17	3,3
1979	10,4	39	7,6
1980	9,8	29	5,6
1983	9,3	27	5,2
1986	8,8	27	5,2

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1980 e 1987.

frente nacional democrática, revalorizando-se a luta parlamentar e a Dieta.

Curiosamente, também, o PCJ havia reconhecido em 1960 a liderança da URSS no campo do socialismo. Obviamente, essa síntese das posições do partido é suficiente para ilustrar as crises e disputas internas que levam o PCJ a uma nova fase. Trata-se de um período (1961-68) em que o PCJ caminha para a rejeição dos modelos chinês e soviético. Tal orientação consolida-se nos Congressos de 1964 e 1966, sob a liderança de Miyamoto. Em 1964 os comunistas japoneses não se alinham com os soviéticos na questão nuclear, apoiando a posição chinesa; após 1966 rejeitarão as propostas chinesas de uma frente anti-soviética.

Após a invasão da Tchecoslováquia, as posições do PCJ tornam-se mais claramente autônomas em relação ao quadro do movimento comunista internacional. Note-se que a partir dessa época é bem nítida a recuperação eleitoral dos comunistas japoneses.

Durante a década de 70 o PCJ parece consolidar uma posição na política japonesa, posição que é bastante subestimada por autores como Berton.³⁷ Com efeito, os comunistas japoneses, como foi mostrado anteriormente,

não se beneficiam do sistema eleitoral. Muito ao contrário. Mesmo assim, entram na década de 80 com posição sólida ao nível da Dieta e ampliam sua representação ao nível local, como se pode perceber pela Tabela 16.

Ao nível global, pode-se dizer que o PCJ, com 500 mil membros, é um dos partidos mais bem organizados no país e está implantado na vida política japonesa. Conforme indicam os dados da tabela 17, o PCJ tinha 3.611 representantes eleitos ao nível de assembleias locais. Segundo os dados do partido,³⁸ esse número se eleva a 3.824 eleitos em 1987. O atual programa do PCJ, elaborado em 1961 e com emendas de 1985, resume os principais momentos da vida de um partido comunista considerado por alguns observadores ocidentais como o mais sólido e poderoso do mundo capitalista. Seu último congresso, o 18º, realizado no final de novembro de 1987, confirma as linhas básicas de atuação do PCJ:

1. Luta pela redução e eliminação das armas nucleares;
2. Necessidade de restrições democráticas aos grandes grupos econômicos;

TABELA 16

Número de eleitos por partido – Eleições locais simultâneas (1987/1983)*

PARTIDO	PREFEITURAS	DEZ MAIORES CIDADES	OUTRAS CIDADES	ARS** TÓQUIO	CIDADES E VILAS	TOTAL
PCJ	121 (+ 33)	80 (+ 6)	972 (+46)	167 (+ 8)	831 (+55)	2.171 (+148)
PLD	1.382 (*-105)	204 (-28)	1.380 (-59)	440 (-37)	198 (-65)	3.604 (-294)
PSJ	443 (+ 71)	126 (+14)	1.163 (-56)	115 (+ 9)	454 (-51)	2.301 (- 13)
Komei	186 (+ 4)	128 (+ 6)	1.200 (+51)	207 (+21)	580 (-29)	2.301 (+ 53)
PSD	104 (+ 4)	71 (+ 2)	404 (-25)	49 (- 5)	45 (- 2)	673 (- 22)

Fonte: Japan Press Service, Japanese Politics and the Communist Party, Tóquio, 1987.

* Número entre parênteses indica mudança em relação a 1983.

** ARS: Assembleias das Administrações Regionais de Tóquio.

TABELA 17

**Membros do PCJ em cargos eletivos
(1986)**

Câmara de Representantes	27
Câmara de Chanceleres	16
Membros de Assembléias Prefeiturais	108
Membros de Assembléias de Regiões Especiais	153
Membros de Assembléias de Cidades	1.599
Membros de Assembléias de Vilas	1.751
Total	3.654

Fonte: Japan Statistical Yearbook, 1987

TABELA 18

Câmara de Representantes – Eleições de 1986

	DEPUTADOS ELEITOS	ELEITOS 1983	VOTOS 1986 %	VOTOS 1983 %
PLD	3000***	250	29.875.496 (49,4%)	25.982.785 (45,8%)
PSJ	86	111	10.412.583 (17,2%)	11.065.082 (19,5%)
Komei	57*	59*	5.701.277 (9,4%)	5.745.751 (10,1%)
PCL	27*	27*	5.426.968 (9,0%)	5.439.480 (9,6%)**
PSD	26	37	3.895.857 (6,4%)	4.129.907 (7,3%)
NCL	6	8	1.114.800 (1,8%)	1.341.584 (2,4%)
PSDU	4	3	499.670 (0,8%)	381.045 (0,7%)
Outros	0	0	120.627 (0,2%)	62.323 (0,1%)
Ind.	6***	5	3.401.320 (4,6%)	2.631.740 (4,6%)
(Vagos)		11		
Total	512	511	60.448.589 (100 %)	56.779.700 (100 %)

Fonte: Japan Press Service, Japanese Politics. . ., op. cit.

* Inclui um deputado independente que forma grupo parlamentar com o partido.

** Inclui votos de dois candidatos independentes que formam grupo parlamentar com o partido.

*** Quatro independentes juntaram-se ao PLD, elevando para 304 o número de deputados desse partido.

3. Melhoria das condições de vida nas cidades;
4. Política mais favorável aos autônomos e agricultores;
5. Construção de um grande partido em número e qualidade;
6. Construção de uma frente política progressista;
7. Luta nacional contra a política tributária e o aumento de impostos.³⁹

Considerações finais

Este quadro bastante sintetizado do sistema eleitoral, dos partidos e das eleições no Japão após a Segunda Guerra Mundial é suficiente para ilustrar como a forma e certos mecanismos do modelo democrático à ocidental funcionam no Japão. Portanto, é mais um exemplo a comprovar que as sociedades orientais não são herméticas a princípios e formas relacionadas com a modernidade ocidental.

É bem verdade que as eleições de 1986 confirmam o predomínio conservador sobre a

sociedade japonesa, conforme se pode ver pela Tabela 18. Mas aí também se pode ver que a soma dos votos do PSJ, PSD, Partido Komei e PCJ supera os votos do PLD, ainda que o sistema eleitoral garanta o amplo predomínio conservador. Esse aspecto, aliás, chama a atenção para os limites de uma visão uniforme do conservadorismo japonês. A estabilidade institucional e política do Japão, dirigido pelo mesmo partido há mais de 30 anos, e seu sucesso econômico-financeiro inquestionável não podem esconder um desgaste do conservadorismo. Essa questão vem sendo pesquisada e é grande a sua complexidade metodológica, tanto para pesquisadores japoneses como para pesquisadores ocidentais.

Quais seriam, então, as especificidades da sociedade japonesa? Essa pergunta nos remete à discussão atualíssima sobre a *especificidade*, a *originalidade* (*uniqueness*) japonesa. Tendo em vista a relevância metodológica desse tema e sua complexidade, ele será tratado em outro artigo.

NOTAS

- 1 Jichi Sogo Center, *Election system in Japan*, Tóquio, 1986.
- 2 R.A. Scalapino e J. Masumi, *Parties and politics in contemporary Japan*, Berkeley, University of California Press, 1962.
- 3 Nobutaka Ike, *Japanese politics: patron-client democracy*, Nova Iorque, Alfred Knopf, 1972.
- 4 G. Sartori, *Parties and party systems: a framework for analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- 5 Ronald J. Hrebenar, org., *The Japanese party system. From one-party rule to coalition government*, Boulder, Westview Press, 1986:7.
- 6 Conferência de Raymond Aron realizada na London School of Economics and Political Science, em 27 de outubro de 1981. In Hrebenar, *op. cit.* p.9.
- 7 Y. Kuroda, *Rede town, Japan: a study in community power structure and political change* Honolulu, University of Hawaii Press, 1974.
- 8 R.J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*
- 9 A.D. Shupe, "Social participation and voting turnout: the case of Japan", *Comparative Political Studies*, vol. 12, n. 2, julho, 1979.
- 10 Scott C. Flanagan, "Voting behavior in Japan", *Comparative Political Studies*, vol. 1, n. 3, outubro, 1968, p. 396-411; B.M. Richardson e S.C. Flanagan, "Political disaffection and political stability", in R. T. Jannuzzi, ed., *Comparative Social Research*, Greenwich, JAI Press, 1980, p. 19-27.

- 11 Joji Watanuki, *Politics in postwar Japanese society*, Tóquio, University of Tokyo Press, 1977.
- 12 D. Kazama e T. Akiyama, "Japanese value orientation: persistence and change", *Studies of Broadcasting*, n. 16, 1980.
- 13 R. J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*
- 14 *Idem* e diversos outros autores.
- 15 *Idem* e B.M. Richardson, "Party loyalties and party saliency in Japan", *Comparative Political Studies* vol. 8, n. 1, abril, 1975:42.
- 16 R. J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*
- 17 *Idem*, p. 22.
- 18 S. Oyama e M. Hirose, "Nonpartisans and youth turn to the LPD", *Japan Echo*, vol. 7, n. 4, 1980, p. 18-37.
- 19 R. J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 32.
- 20 *Idem*, p. 47. Cf. M. K. Blaker, ed., *Japan at the polls: the house of councillors election of 1974*, Washington, American Enterprise Institute, 1976.
- 21 R. J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 48.
- 22 N. Tomita *et alii*, "The liberal democratic party: the ruling party of Japan", in R. J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 237-8.
- 23 *Idem*, p. 238-9.
- 24 *Idem*, p. 248.
- 25 *Idem*, p. 253.
- 26 As palavras "transparente" e "Ímpido" são usadas largamente no contexto da política japonesa desde a segunda metade da década de 1960. Segundo alguns, aí estariam as origens da moda da palavra transparência nesta segunda metade da década de 1980.
- 27 Arvin Palmer, *Boudhist politics: Japan's clean government party*, The Hague, Martinus Nishoft, 1971, p. 2-14.
- 28 *Idem*, p. 58.
- 29 Aloysius Chang, "The enigmatic decade: Komeito's party building efforts, 1964-1975" (2ª Parte), *Asia Quarterly*, n. 4, 1976, p. 275-6.
- 30 R.J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 144-56.
- 31 *Japan Statistical Yearbook 1987*.
- 32 R.J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 150 e 168.
- 33 J.A.A. Stockwin, "The Japan socialist party: a politics of permanent opposition", in R.J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 90.
- 34 Action Program of the Socialist Party of Japan, 1987.
- 35 R.J. Hrebenar, org., *The Japanese party*. . . , *op. cit.*, p. 183-5.
- 36 *Idem*, p. 207.
- 37 Peter Berton "The Japan communist party: the 'lovable' party" in Hrebenar *et alii*, *op. cit.*: 116-144.
- 38 Japan Press Service, *Japanese politics and the communist party*, Tóquio, 1987.
- 39 *Idem*.

SUMMARY

The Electoral System, Political Parties and Elections in Japan (1945-1986)

This article outlines the basic characteristics of the post-war Japanese electoral system, and then follows up with an analysis of the relationship between the electoral and the party systems. It points out that certain characteristics of Japanese politics can be understood by looking at the norms of the electoral system, and in particular, at the enormous strength of the government party PLD.

It is worthwhile to point out certain connections between the electorate and the political party system in order to better understand the relations between the electoral system and the parties. The analysis gives particular emphasis to the size of districts and the im-

portance of the voter, both of which are issues which illucidate special advantages for the PLD.

This is followed by a succinct analysis of the most important Japanese political parties, pointing out pertinent historical factors for each and their reactive influence in the "Diet" as well as in other institutionalized legislative and executive dimensions.

By pointing out certain specific aspects of Japanese politics, the author criticizes analytical approaches which emphasize them as something "unique", and promises further articles dealing with this important methodological question.

RÉSUMÉ

Système Électoral, Partis Politiques et Élections au Japon (1945-1986)

Cet article présente au lecteur un résumé des principales caractéristiques du système électoral japonais après la guerre. Il établit ensuite un rapport entre le système électoral et le système des partis. Il montre comment certaines caractéristiques de la politique japonaise s'expliquent par les règles du système électoral et, en particulier, par la force prédominante du parti gouvernemental, le PLD.

Il faut préciser quelques uns des rapports existants entre l'électorat et le système des partis si on veut clarifier les relations qui se sont établies entre le système électoral et les partis. L'auteur souligne en particulier la taille importante des circonscriptions électorales et

l'inégalité du poids des électeurs comme des faits pouvant élucider des avantages spéciaux obtenus par le PLD.

Puis l'article traite brièvement des principaux partis politiques japonais, citant des faits appartenant à l'histoire de chacun d'eux et montrant leur poids relatif au sein du Parlement ainsi que leurs autres dimensions institutionnelles, législatives et exécutives.

Tout en signalant certaines caractéristiques propres à la politique japonaise, l'auteur critique ceux qui voient là des particularités uniques et promet un autre article pour traiter de cette importante question méthodologique.